

O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE CORRUPÇÃO

MARINA SOARES SABIONI MARTINS¹

Resumo

O presente artigo objetiva discutir de que forma a mídia constrói sentidos e significados sobre o que se entende sobre corrupção. A história do conceito de corrupção será trabalhada de forma mais detalhada, visando dar suporte aos conceitos de cultura e mídia que serão expostos posteriormente. Notícias online, do jornal Folha de São Paulo, foram analisadas de forma qualitativa, de acordo com sua forma de reportar informações sobre os escândalos envolvendo a Petrobrás, estatal brasileira, escolhida como objeto de estudo para dar suporte às possíveis conclusões. A teoria crítica, dentre as teorias da comunicação, será evidenciada durante o artigo como suporte teórico e de entendimento.

Palavras-chave: Comunicação Organizacional; Complexidade; Corrupção; Teoria Crítica.

O conceito de corrupção ao longo da história

Atualmente o fenômeno da corrupção tem chamado a atenção de pesquisadores das áreas da economia, ciências políticas, sociologia, entre tantas outras que tentam encontrar desde a origem do termo às consequências que suas práticas trazem para a sociedade. A busca pela explicação do por que o indivíduo é corrompido pelo ambiente, ou vice e versa, traz questionamentos iniciais como: governos democráticos não deveriam diminuir a corrupção? De que forma a mídia constrói sentidos sobre o que entendemos sobre corrupção e de que forma ela trata as organizações que se envolvem em atos de corrupção? Quais são os reais impactos para a sociedade? Somos, de fato, seres corrompidos?

Tentar compreender a complexidade da corrupção não é tarefa fácil. Para isso, é interessante que a história do conceito da palavra seja exposta para que se possa entender de que forma a corrupção era entendida anteriormente, como ela foi ganhando força com o passar dos anos, até chegar aos dias de hoje, onde manchetes de jornais expõem, quase que diariamente e de forma desenfreada, a palavra corrupção seguida do nome de alguma grande organização.

A discussão sobre corrupção ganhou tanta força que existem hoje experimentos de cálculo do grau de corrupção, desvios, custos que o fenômeno tem para a sociedade e a credibilidade das organizações envolvidas. Segundo Speck (2000, p.2), as tentativas de quantificar se baseiam em três indicadores: os escândalos relatados pela mídia, as condenações contabilizadas nas instituições ligadas à esfera penal e as informações obtidas em pesquisas de opinião com os cidadãos. Aqui,

¹ Mestranda no Programa de Processos Comunicacionais nas Organizações da Universidade Católica de Brasília, UCB. Trabalho orientado pela Profa. Dra. Sofia Cavalcanti Zanforlin. Para maiores informações contatar marina.sabioni@gmail.com

daremos atenção justamente ao primeiro indicador: a mídia e sua forma de construir sentidos sobre o que entendemos sobre corrupção.

A fonte escolhida para analisar esse primeiro indicador - os escândalos de corrupção - foram notícias online do jornal Folha de São Paulo, representando, aqui, os meios de comunicação. Vale ressaltar, porém, que as análises feitas são sensíveis, uma vez que apresentam um alto grau de dificuldade de quantificar a subjetividade usada na produção das notícias, além de terem um caráter exemplificativo. Antes de entrarmos na discussão da mídia como produtora de sentidos sobre corrupção, retomaremos alguns conceitos históricos sobre corrupção e cultura, para fins de maior entendimento sobre como a mídia atua.

O que se compreende como corrupção hoje não é o mesmo que se entendia há séculos atrás. O conceito foi sendo modificado ao longo do tempo juntamente com a história das sociedades e se faz necessário entender o que é corrupção de acordo com o contexto histórico em que ela se insere. O objetivo, aqui, será ampliar o horizonte de aplicabilidade do conceito, tendo em vista as modificações e inovações em seus significados, além de apreender o modo como as concepções presentes são influenciadas pelo passado.

Numa tentativa de síntese, percorreremos o conceito de corrupção da antiguidade à modernidade. Essa trajetória passará, inevitavelmente, pelas expressões do pensamento político a respeito de corrupção. Entenderemos o pensamento político, assim como Filgueiras (2008, p.27), de forma mais ampla, não se restringindo a uma ideologia, filosofia e ciência, mas a práticas e concepções do universo político relevantes, tomadas de forma consensual.

Independente do contexto em que ela se insere, a corrupção se torna um problema de teoria política em contextos de crise, sejam elas políticas, sociais ou econômicas. Crises representam mudanças e, nesses momentos, há corrosão dos valores e normas. A corrupção, para o autor, se torna mais aparente à medida que afeta a legitimidade dos sistemas políticos.

É difícil chegar a um primeiro conceito de corrupção, todavia, seu uso vem do latim *corumpere*. A ideia era conhecida pelos gregos em seus estudos sobre a natureza e cosmologia, onde acreditavam na existência de dois mundos: o dos deuses, perfeito e com ausência de corrupção; e o mundo dos homens, imperfeito, passível a todo instante de ser corrompido. Corrupção, nessa época, estava ligada à ideia de degeneração e destruição, o que representava um processo de mudança radical dos seres.

O mundo natural, para Aristóteles (2001, p.141), é por essência sujeito à corrupção. Porém, mesmo sendo naturalmente corrupto, o ser é entendido por sua busca a ordem e a estabilidade, sendo a corrupção a forma de assegurar sua continuidade, justamente por representar a mudança. Ou seja, a continuidade só se faz possível por ser constantemente corrompida, possibilitando a diversidade do indivíduo frente ao universo.

Pela interpretação aristotélica, a corrupção é um fato que garante a mudança do corpo político de tempos em tempos, uma vez que ela permite a criação de mecanismos de controle. Sendo

assim, é impossível extirpar a corrupção, já que é ela que permite a ordem, desde que a mesma seja mantida sob vigilância.

A corrupção deriva das paixões, que degeneram a ordem política e possuem o potencial de destruir a felicidade que é trazida pela ordem. As paixões fazem parte da natureza humana, o que torna o indivíduo incapaz de detê-la. Tudo isso leva Aristóteles a categorizar o problema da corrupção na política como um problema ético, análogo ao mundo natural. A essa altura da discussão, já é possível perceber que para os gregos, a corrupção era algo nato, natural e que a partir dela surgiria a ordem e a melhoria do corpo político. A riqueza ou a honra, paixões humanas, fariam mais alto quando fosse possível, nem que para isso as virtudes, construídas ao longo do tempo, fossem degeneradas.

Para os romanos, de acordo com Filgueiras (2008, p.45), corrupção estava atrelada às virtudes do cidadão, o que de certa forma, se aproxima do conceito aristotélico. O cumprimento dos deveres se aproxima de um dever sagrado e, esses deveres estariam em forma de leis, que evitariam que a degeneração das virtudes se concretizasse.

A “grandeza” romana estava na capacidade da ordem republicana corrigir qualquer tipo de abuso de poder, tendo as leis como aliadas para a construção do bom governo, já que, como apontou Cícero, não se poderia confiar na bondade ou virtudes do cidadão. É perceptível que, para os romanos, a corrupção estaria atrelada ao não cumprimento dos deveres cívicos e que, por acreditarem na naturalidade da corrupção, as leis deveriam existir como forma de controle e punição.

Com o passar do tempo, no mundo medieval e renascentista, já tomado pela cristianização do império, o amor ao Deus cristão tirou a capacidade dos romanos de amor à cidade. Para Santo Agostinho (apud FILGUEIRAS, 2008, p.53), o culto ao amor próprio levou a corrupção. A vida ativa, característica romana, deu lugar à vida contemplativa. O conceito de corrupção é inovado, tendo a religião como principal definidora das práticas políticas. A Terra seria um mundo corrupto, de cobiça, luxos e vaidade numa eterna busca de redenção através da fé cristã.

A modernidade surgiu com uma pluralidade de valores e visões de mundo. A legitimidade não seria alcançada somente mediante a tradição, mas pelo convencimento de uma autoridade que tivesse o domínio formal. Esse processo ocasionou uma mudança conceitual, não só da política, mas também do que seria a corrupção para esse indivíduo moderno.

Talvez a primeira inovação conceitual de corrupção tenha sido de Montesquieu, em “O espírito das leis”, onde conjuga o tradicional com o moderno na tentativa de traçar um modelo ideal de normas. De forma semelhante a Aristóteles, o autor afirma que o princípio do governo é a paixão e não a virtude e, como vimos anteriormente, a corrupção poderia ser desencadeada por excesso de paixões. O moderno, assim, traz à tona a ideia da lógica de interesses, onde esses falam mais alto que o Estado.

Para Montesquieu (1973), a república é uma forma de governo extremamente frágil, a partir do momento que depende que todos os cidadãos sejam virtuosos e que focalizem suas energias em

prol da comunidade. A república seria, portanto, uma forma de governo do passado, onde um grupo de homens bons e virtuosos seriam responsáveis por ordenar um pequeno território. A partir do momento que junto com a modernidade surgiram também as desigualdades sociais e o crescimento dos territórios, as paixões se sobrepuseram às virtudes morais, trazendo a cólera, a inveja, a desordem e a corrupção.

A legitimidade, segundo Montesquieu (1973, p. 121-156), seria alcançada pelo império das leis, pois essas cumprem o papel de garantir a liberdade e de fazer o que se deve querer e não se constranger ao fazer o que não se deve desejar. Ou seja, os cidadãos devem se atrelar a atos, valores e costumes presentes na sociedade que são acobertados por leis, pois essas conseguiriam interpretar o que os homens de bem imaginam para a sociedade. Qualquer governo seria corrompido quando seus princípios normativos degeneram-se.

A corrupção passa a ser o uso arbitrário do poder, que vai contra não só as virtudes, mas às leis e, como o político é visto como um indivíduo que tem fácil acesso a esse poder, faz-se a ideia de que a corrupção é um problema somente atrelado à política.

O Brasil e a corrupção

O Brasil é um país democraticamente novo, com velhos vícios políticos. Apesar do aumento da força democrática, a corrupção se tornou um fenômeno corriqueiro na política contemporânea, sendo difícil desassociar os escândalos que envolvem partidos, grandes organizações, políticos e empresários de um mau governo feito por poucos e que afeta a muitos. Segundo Habermas (2002), a crise do Estado e os sistemas de produção autônomos promovem permanentes crises políticas e, em meio a essas crises, a corrupção se tornou um lugar comum na vida democrática, causando escândalos que, por sua vez, criam um sentimento de descontentamento com as instituições envolvidas.

Mesmo a corrupção não sendo um fenômeno novo, a atenção que ela tem recebido nos últimos anos no Brasil e no mundo, nos leva a pensar que existe mais corrupção agora do que no passado. Esse pensamento, para Carraro, Fochezatto e Hillbrecht (2000, p.2), é facilmente deixado de lado quando levamos em consideração o aumento nas últimas décadas do número de países com governos democráticos, o que acarretou também, o crescimento dos espaços de discussão e divulgação. Quanto mais se ouve, lê e discute sobre determinado fenômeno, mais ele parece comum, maior, infundável e complexo.

Os anos de 1980 no país foram de otimismo geral de que os problemas nacionais seriam resolvidos com a democracia e com o voto direto. Um dos principais problemas a serem solucionados era a corrupção. Porém, a história brasileira tem mostrado (principalmente através dos veículos de comunicação), que a democracia tem dado abertura à corrupção, que tem convivido “amigavelmente” nos sistemas políticos, econômicos e sociais.

Os escândalos de corrupção brasileiros são resultado de uma séria crise de legitimidade, que não envolve somente o Estado, mas partidos políticos, seus representantes e também grandes

empresas públicas, privadas e de terceiro setor, que perdem credibilidade a serem retratadas como faces da corrupção.

A Petrobrás, por exemplo, é uma estatal brasileira que recentemente foi acusada de estar envolvida no que seria o maior caso de corrupção do país. A chamada Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em 2009, começou investigando uma rede de doleiros atuantes de vários estados, chegando a um vasto esquema de corrupção na empresa. Mais de quatrocentas pessoas e organizações estão sob investigação e mais de cem prisões foram feitas em caráter preventivo ou temporário desde o início da operação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015)

A mídia tem reportado esse e outros escândalos de corrupção ligados a grandes organizações, onde aponta responsáveis, inocentes, investigados e as mudanças estruturais causadas pela comoção social. Trata a corrupção de forma distante, como um fenômeno novo e de “privilégio” de poucos, como se o indivíduo que não ocupa cargos políticos ou de governança nas organizações envolvidas, não pudesse ser corrompido e, muito menos, produtor de corrupção.

Nesse momento, após a discussão inicial, o conceito de corrupção na sociedade brasileira se mostra de forma mais clara. Mesmo que de forma primária, é possível visualizar como o fenômeno desdobra-se nos diferentes sistemas sociais. Para que entendamos a ligação entre sociedade, organizações e corrupção, usaremos a teoria dos sistemas e a complexidade como suporte teórico para que possamos entender qual é o papel da mídia nesse contexto.

Niklas Luhmann, autor alemão, desenvolveu sua teoria dos sistemas preocupando-se com temas como religião, direito e economia. De forma geral, sua obra pode ser entendida como uma tentativa de formular uma teoria geral da sociedade, formada por diferentes sistemas que, de forma complexa, se relacionam.

A primeira fase de sua obra, em que formulou uma teoria funcional-estrutural, tem por base a diferença entre sistema e ambiente. O sistema, para Luhmann, define-se por diferença ao ambiente, através do mecanismo de seleção de equivalentes funcionais. Já a segunda fase é caracterizada pela teoria dos sistemas autopoieticos, fechados e auto-referenciados. (NEVES, 1991, p.10).

Ou seja, uma organização, aqui considerada como um sistema, é viva, pulsante e existe em um ambiente cujo valores, paradigmas e ideologias influenciam em sua cultura e clima organizacionais. Porém, a própria organização produz aquilo que precisa para sua sobrevivência se fechando operacionalmente. Ela é influenciada e depende do ambiente, mas não determinada por ele, o que nos leva ao conceito de acoplamento trazido pela complexidade, onde os sistemas decidem a quais outros sistemas irão se ligar de alguma forma.

De acordo com Luhmann, o indivíduo também é um sistema e faz parte do ambiente da organização (GOMES, 2016, p.12). De forma mútua, os dois sistemas decidem se acoplar e se relacionam, se influenciam, se coproduzem. O indivíduo, portanto, se torna produto e produtor da cultura; produto e produtor do ambiente.

Percebe-se então, a autonomia que os sistemas possuem. O indivíduo, enquanto sistema,

detém o poder de decisão: faz parte ou não de uma organização, concorda ou não com os valores disseminados por ela, aceita ou não ser corrompido. E aqui, chegamos ao ponto crucial, onde decisão é comunicação e comunicação é disputa de sentidos. As decisões, quando tomadas, já são comunicadas de alguma forma, direta ou indiretamente.

Os sistemas têm, portanto, a comunicação como constituinte básico, pois decidem a todo momento. Assim como qualquer estímulo comunicacional gera respostas, a corrupção também gera, pois em algum momento ela foi decidida, logo, foi comunicada.

As consequências da corrupção nos sistemas são várias, uma delas é a grande exposição na mídia das organizações envolvidas, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor. Essa mídia, podendo ser representada pelos jornais, televisão, rádio, ou qualquer outro meio de comunicação, possui o poder de também decidir como as informações serão passadas a sociedade. Esses meios, inevitavelmente possuem seus próprios filtros, posições políticas e interesses, o que poderia tornar essa comunicação, segundo Luhmann, improvável.

A comunicação, segundo Luhmann (1992, p.42), acontece de forma seletiva e é mesmo improvável, apesar de estar inserida em nosso cotidiano. Existem vários obstáculos que precisam ser superados para que haja a comunicação. Devido ao isolamento e individualidade da sua consciência, o indivíduo só pode entender o que se encontra em seu contexto, que é, basicamente, o que está em sua memória. Nem sempre se chega, ainda, ao resultado desejado, pois não é porque a informação foi entendida que ela de fato foi aceita. O resultado desejado é quando o receptor adota a informação fornecida como premissa de seu próprio comportamento.

A mídia, assim, possui um papel de grande importância na sociedade: o de difusão de informações. Mais do que isso, de minimizar as dificuldades/complexidades na interação dos sistemas. É difícil imaginar a discussão de um fenômeno sem que ele tenha passado pelo crivo de algum meio de comunicação anteriormente. As opiniões difundidas geralmente possuem uma fonte, que carrega consigo discursos, com segundas intenções e posições definidas. A partir da análise de notícias sobre recentes escândalos brasileiros de corrupção envolvendo a estatal Petrobrás, discutiremos o poder que os meios de comunicação possuem e de que forma constroem sentidos sobre o que é corrupção.

Discutindo o poder da comunicação

Dentre as teorias da comunicação, a teoria crítica traz consigo Escolas que irão se interrogar sobre as consequências trazidas pelos novos meios de produção, transmissão cultural e informacional, recusando-se a tomar como verdade o fortalecimento da democracia trazidas pelas inovações técnicas. Os meios de comunicação se tornam suspeitos de violência simbólica, sendo encarados como meios de dominação e poder. (MATTELART, 1999, p.73)

A Escola de Frankfurt abriga autores críticos como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Hebert Marcuse, sendo a primeira instituição de pesquisa na Alemanha a se posicionar abertamente como marxista. Da Escola surgem conceitos como o de indústria cultural, onde se

percebe a mesma racionalidade técnica no que se é produzido: revistas, filmes, jornais, programas radiofônicos, todos ilustram a mesma racionalidade, esquema de organização e planejamento, obtendo-se uma cultura de massa. (MATTELART, 1999, p.77)

A notícia, entendida nesse artigo como um possível produto da indústria cultural, possui a marca de “serialização-padronização”, onde seu caráter técnico e sua racionalidade trazem, também, um caráter coercitivo. A emancipação, para Habermas, se encontraria justamente na restauração das formas de comunicação num espaço público estendido ao conjunto da sociedade. (MATTELART, 1999, p.79)

Segundo dados fornecidos pela ANJ (Associação Nacional de Jornais), em novembro de 2015, a Folha de São Paulo é o jornal de maior alcance no país, atingindo 1/5 (um quinto) dos usuários da internet e 1/10 (um décimo) da população brasileira. Sua audiência mensal é de 20,2 milhões de pessoas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Com intuito de entender o poder dos meios de comunicação na disseminação de informações sobre os recentes escândalos de corrupção brasileiros, foram observadas, durante a semana de 02 a 09 de maio de 2016, as notícias, produzidas pela Folha de São Paulo, que possuíam as palavras “Petrobrás” e “Corrupção” na manchete ou no corpo do texto. Ao final, foi possível encontrar o total de 42 notícias com essas características. Frases e palavras como “esquemas de corrupção”, “investigação”, “denúncia”, “organização criminosa”, “apuração”, “recebimento de propina”, prejuízos decorrentes da corrupção”, são facilmente encontradas em sua grande maioria.

A primeira observação que pode ser feita por meio desses dados é o número de notícias produzidas por dia com o mesmo teor de conteúdo. A média é de seis, o que, de fato, pode ser considerada uma grande quantidade. A repetição e a disseminação ajudam na construção de sentidos, fazendo com que a imagem da organização, aqui representada pela Petrobrás, seja constantemente afetada de forma negativa.

O alcance dessas e de outras informações propagadas pelos meios de comunicação é grande e significativo, justamente pelo fato de a sociedade estar, assim como afirma Manuel Castells (1999, p.78), vivendo em rede. Para o autor, a sociedade se caracteriza por ter a informação como matéria-prima e as tecnologias estarem em todas as atividades humanas. Dessa forma, a produção de informações feita por esses meios afeta a cultura e o poder de forma profunda, pois os indivíduos, ao selecionarem quais serão suas principais fontes de conhecimento sobre a atualidade, também correrão o risco de se apropriarem dos discursos e sentidos criados por eles.

O poder, para Castells (2009, p.41) é o processo mais fundamental na sociedade, uma vez que essa é definida por instituições e valores, que por sua vez são definidas por relações de poder. Poder é a capacidade de influenciar, de forma assimétrica, as decisões do outro no sentido do favorecimento da vontade, valores e interesses. O poder é exercido por meio de coerção e pela construção de significados base dos discursos.

Loius Althusser, em “Aparelhos ideológicos de Estado”, publicado em 1971, distingue apa-

relhos repressivos de Estado e aparelhos ideológicos de Estado. A polícia e o exército, por exemplo, seriam repressores. Já as igrejas, sindicatos e a mídia seriam os ideológicos. As ideias que as pessoas utilizam, qual seu lugar no mundo e o que devem fazer, vêm desses aparelhos. (HALL, 2009, p.163). A mídia, enquanto aparelho ideológico, traz consigo a responsabilidade de informar, mas consegue ir além quando também influencia, pelo poder que possui, os discursos e opiniões dos indivíduos.

A função social da notícia pode ser entreter, formar opinião, convencer e reforçar ideologias. Para Fairclough (1995, p.91) existem duas facetas da narrativa: a história real e a apresentação dessa história em um texto, que é modificado de acordo com o sistema que está por trás dele.

Foucault (2010) argumenta, em complemento, que toda sociedade exibe em sua formação as marcas das lutas de poder e, essas lutas, estão justamente nos discursos. O discurso pode ser coercitivo e passado como forma de controle, além de ser organizado e redistribuído por certo número de procedimentos. Outra forma de controlar esses discursos é determinar as condições de seu funcionamento, ditando regras, formatos, periodicidade entre tantas outras formas de controle da informação. Venerar discursos, segundo o autor, é uma expressão de temor, de não o conseguir mudá-los. Para ele, é certo que não mais existem as “tais sociedades de discurso” com jogo ambíguo de segredo e divulgação, mas que ninguém se deixe enganar, pois mesmo na ordem do discurso verdadeiro, do discurso publicado e livre de rituais, há ainda formas de apropriação de segredo e não permutabilidade. “É bem possível que o ato de escrever tal como está hoje institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor, tenha um lugar em uma “sociedade de discurso” difusa, talvez, mas certamente coercitiva”. (FOUCAULT, 2010, p.40-41).

É necessário, porém, entender que como aqui consideramos o indivíduo como um sistema complexo, como um ser autônomo, ele pode ou não concordar com o que é dito e até mesmo procurar novas fontes com diferentes opiniões. Mas é inegável, aqui, o poder que a mídia exerce sobre o que se entende sobre corrupção ou sobre qualquer outro fenômeno social, justamente por causa de seu papel mediador. Essa mediação, todavia, nem sempre é feita de forma neutra, justamente porque por trás dessas mídias existem organizações, que também são sistemas complexos, com poder de decisão e interesses próprios.

As organizações envolvidas com corrupção perdem credibilidade não só pelo ato ilícito cometido em si, mas também pela forma como os meios de comunicação retratam esses atos. A mídia transforma essas organizações nos principais atores da corrupção, distanciando o resto da sociedade desse fenômeno, que é, como discutido no início desse artigo, natural, oriundo das paixões humanas.

A corrupção sempre tentará ser controlada, afinal afeta de forma mais negativa do que positiva a sociedade, mas é necessário que se reflita que as organizações são corruptas quando se acoplam a indivíduos corruptíveis. Aqui, não se pretende questionar o quão errado ou certo é a corrupção, mas sim, de que maneira a mídia nos fala o que é corrupção e como trata as organizações envolvidas nesses escândalos.

Considerações

O conceito de corrupção foi sendo modificado ao longo do tempo, mas, de fato, sempre foi visto como uma cólera política, um entrave às boas ações e algo a ser extirpado, apesar de natural. O indivíduo é naturalmente corrupto, mas somente quando essa corrupção atinge proporções maiores, que ele a condena. Não percebe que ele mesmo pode ser produtor e colaborador desse fenômeno.

As organizações envolvidas em atos de corrupção possuem grandes desafios a partir do momento em que suas ações se tornam públicas. Apesar de inerente ao indivíduo, a corrupção é vista como uma doença da sociedade a ser curada, justamente pelas consequências negativas que traz consigo. Crises de legitimidade política, econômicas, socioculturais e de imagem são apenas algumas delas.

Quando a organização se vê tomada por atos de corrupção e quer, de fato, se dissociar dessa imagem corrompida, precisa se fechar operacionalmente para se reorganizar e se fortalecer. Dessa forma, poderá responder às demandas da sociedade, imprensa e públicos internos, justamente por ter alinhado seu discurso.

A mídia, construtora de sentidos, sempre reportará escândalos, sendo eles de corrupção ou não. Porém, cabe à organização envolvida pensar de que forma estratégica se posicionará diante da crise, mapear o que se têm falado nos diferentes meios e usar essas informações para tomar as melhores decisões, ou seja, para se comunicar da melhor forma.

O discurso da mídia no país ganhou grande valor, pois age em nome da liberdade de expressão. A imprensa, com o passar do tempo, foi ganhando credibilidade e conquistando espaços como defensora das liberdades individuais e como meio de dar voz a quem, teoricamente, não tem. Porém, é fato que essa liberdade não é para todos, afinal, quem está por trás dessas mídias? Quem são as pessoas que escrevem esses textos que transmitem tantos significados? O quão imparcial essa comunicação consegue ser? São esses questionamentos que devem ser feitos quando nos damos conta de como a mídia transforma e constrói sentidos sobre os fenômenos sociais.

Por isso, é tão importante que pesquisadores estudem esses discursos, que se dizem imparciais, presentes nos textos escritos e falados. É necessário que haja maior senso crítico, no sentido de que se tenha menos leitores passivos, que somente repliquem o que foi falado pelos meios de comunicação. O discurso da mídia sobre corrupção é carregado de preconceitos, de frases pejorativas e de adjetivos negativos. Precisamos entender o real sentido de corrupção e não nos colocarmos distantes do fenômeno. Se faz necessário compreender que a mídia é, de fato, mediadora de informações, mas não deve, pois, determinar os discursos usados sobre qualquer fenômeno social.

REFERÊNCIAS

ARISTOTÉLES. **Da geração e da corrupção**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARRARO, André; FOCHEZATTO, Adelar; HILLBRECHT, Ronald O. **O impacto da corrupção sobre o crescimen-**

to econômico do Brasil: aplicação de um modelo de equilíbrio geral para o período 1994-1998, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Edição original: Oxford University Press, 2009.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. London: Hodder Education, 1995.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edição Loyola, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha explica:** Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/#capitulo4>> Acesso em 10/06/2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744085-no-impresso-internet-e-celular-fo-lha-e-jornal-de-maior-alcance-do-pais.shtml>>. Acesso em 10/06/16.

GOMES, Victor. **Uma perspectiva sistêmico-discursiva para estudos em comunicação organizacional**. In: Revista Famecos, 2016.

HABERMAS, Jurgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

LUHMANN, N. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega-Passagens, 1992.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

NEVES, Clarissa. **Niklas Luhmann e sua obra**. In: Sistemas sociológicos: lineamentos para uma teoria general. Alianza Editorial, 1991.

SPECK, Bruno W. **Mensurando a corrupção:** uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.